

Edita:

Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica
de las Ciencias Sociales (AUPDCS)


<https://publicaciones.unex.es/index.php/reidics>



<https://doi.org/10.17398/2531-0968.13.01>

Didática das Ciências Sociais na Formação de Professores no Espaço Luso-Brasileiro

Didactics of Social Sciences in teacher training in the Luso-Brazilian space

Maria João Barroso Hortas  0000-0002-3159-8362

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Portugal.

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Portugal.

mjhortas@eselx.ipl.pt

Alfredo Gomes Dias  0000-0001-8597-0994

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Portugal.

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Portugal.

adias@eselx.ipl.pt

Fechas · Dates

Recibido: 6 de julio de 2023

Aceptado: 3 de agosto de 2023

Publicado: 30 de septiembre de 2023

Financiación · Funding

No se ha recibido ninguna financiación para la publicación de este trabajo.

Cómo citar · How to cite

Hortas, M. J., & Dias, A. (2023). Didática das Ciências Sociais na Formação de Professores no Espaço Luso-Brasileiro. *REIDICS*, 13, 6-12. <https://doi.org/10.17398/2531-0968.13.01>

Este número temático dedicado à “Didática das Ciências Sociais no espaço Luso-Brasileiro”, o número 13 da REIDICS, permite alargar o nosso horizonte sobre o estudo e a reflexão que têm vindo a ser produzidos a respeito do lugar e das finalidades da Didática das Ciências Sociais, na formação inicial de professores, no Brasil e em Portugal.

Estes dois territórios, unidos e separados pelo oceano Atlântico, encetaram uma relação colonial no século XVI e constituem-se hoje como um espaço político e diplomático, social e cultural, que partilha preocupações sobre causas comuns. Entre as múltiplas partilhas, encontramos neste número da REIDICS docentes e investigadores de Ciências Sociais e da sua Didática que, dos dois lados do Atlântico, lecionam nos cursos de formação inicial de professores.

A recente celebração do bicentenário da proclamação da independência do Brasil, no passado ano de 2020, acrescenta mais pertinência a esta iniciativa da REIDICS, dando voz a docentes e investigadores das Ciências Sociais que, no Brasil e em Portugal, têm vindo a desenvolver as suas investigações. Esta é uma oportunidade para analisar, ainda que de forma necessariamente incompleta, as conceções e práticas que orientam a formação inicial de professores do ensino primário e secundário, no domínio da Didática das Ciências Sociais, dando-se particular ênfase à História e à Geografia.

A partir da leitura dos diferentes artigos é fácil perceber, não só as especificidades, mas também os traços comuns que juntam as duas realidades, bem distintas, que convivem no espaço luso-brasileiro, uma inserida no contexto europeu, a outra no mundo sul-americano. Mas esta diversidade, bem patente nas diferentes abordagens apresentadas em cada um dos artigos, é uma das principais riquezas deste número da REIDICS, avançando com olhares, reflexões e análises distintas e, acima de tudo, complementares. Em todos é claro o propósito de assumir a investigação e a formação em torno da Didática das Ciências Sociais como uma prioridade na formação das novas gerações de professores, não deixando de problematizar, em diferentes dimensões, os quadros conceptuais e as práticas de formação.

A profissionalidade dos docentes, os percursos formativos, a relação entre a Didática das Ciências Sociais e a formação de uma cidadania crítica, as conceções de estudantes e professores sobre as Ciências Sociais, e a avaliação na formação inicial de professores são alguns dos temas abordados ao longo das páginas deste número da REIDICS, permitindo aos leitores a possibilidade de acompanhar a reflexão que um vasto leque de investigadores nos oferece sobre a “Didática das Ciências Sociais no espaço Luso-Brasileiro”.

Assim, do Brasil recebemos a colaboração de Helena Callai e Lana Cavalcanti, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; Sónia Miranda, Arnaldo Júnior e Felipe Oliveira, da Universidade Federal de Juiz de Fora; Caroline Pacievitch, Carmen Gil, Fernando Seffner e Nilton Pereira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De Portugal chegaram artigos de Sérgio Cláudio da Universidade de Lisboa; Raquel Pereira Henriques e Cláudia Pinto Correia, respetivamente da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Porto; Glória Solé e Marília Gago da Universidade do Minho e, ainda, de Pedro Duarte e Ana Isabel Moreira, o primeiro do Politécnico do Porto e a segunda do Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’ – CITCEM.

No seu artigo, *Diz-me o que aprendes, dir-te-ei que professor podes ser... a formação dos professores de História em Portugal*, Raquel Henriques e Cláudia Ribeiro partem do pressuposto de que é possível refletir sobre a formação de professores de História a partir da análise do que aprendem e do modo como aprendem, na sua formação inicial, no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Como ponto de partida colocam algumas interrogações: Como proceder? Como ensinar a ensinar, quando a profissão de professor é tão devedora de características pessoais, de interesses, de motivações e, igualmente, de contextos? Poderá a metodologia de trabalho auxiliar o futuro professor a refletir sobre *modos de fazer*? A partir da análise de documentação de natureza diversa e da utilização de distintas metodologias, as autoras desenvolvem um exercício de reflexão sobre a profissão docente, e, sobretudo, traçam perfis e desenham os percursos de formação para a docência de estabelecimentos de ensino superior portugueses que asseguram a profissionalização em História dos professores que irão lecionar esta disciplina do 7.º ao 12.º ano de escolaridade (12 a 18 anos). Raquel Henriques e Cláudia Ribeiro concluem, afirmando que o cruzamento das perspetivas dadas pela documentação permite identificar perfis de formação de professores, que obedecem ao ideário pedagógico de quem desenha os planos de estudos, aos princípios e planos estratégicos dos estabelecimentos de ensino e aos critérios apertados das comissões de avaliação externa.

Com o título *Formação inicial de professores de geografia no Brasil: diretrizes e demandas para uma qualificação profissional*, Helena Callai e Lana Cavalcanti discutem a formação inicial dos professores no contexto brasileiro, dedicando especial atenção à formação do professor de Geografia. Detém-se sobre aspetos fundamentais que emergem das normativas legais e que articulam com a conceção da formação docente, atendendo à atual conjuntura nacional e considerando as demandas da sociedade. Nesta discussão, a Geografia, como ciência e como disciplina de ensino, é a referência na argumentação apresentada pelas autoras, sustentando que os conhecimentos geográficos permitem desenvolver um tipo de pensamento teórico-concetual, que possibilita a análise e a intervenção na realidade do ponto de vista da sua espacialidade. Considerando um conjunto de princípios, entre os quais, democracia e igualdade, e inclusão sociais, as autoras defendem a necessidade de garantir uma base comum curricular para a formação de todas as pessoas, visando a justiça social. Ainda que a formação dos professores no Brasil esteja definida num sistema de educação em que as políticas públicas a orientam no seu conjunto, Helena Callai e Lana Cavalcanti defendem que esta deve valorizar uma orientação geral dos conteúdos e práticas educativas fundamentais para a formação cidadã, com a flexibilidade necessária ao exercício autónomo das escolas e professores, e aos contextos e processos diversos de aprendizagem dos alunos. No âmbito da qualificação profissional do professor, as autoras elencam os seguintes desafios: implementar a prática como componente curricular nas disciplinas de conteúdo geográfico; trabalhar a teoria da Geografia no estágio, como forma de práxis, capacitando o professor para desenvolver o pensamento geográfico do aluno; efetivar a relação entre teoria e prática nas e entre diferentes disciplinas, permitindo que as dimensões técnica e social sejam internalizadas em conjunto e em articulação; realizar estágios orientados teoricamente, como espaço de pesquisa efetiva; e, articular instituições de ensino superior com a escola básica, estimulando a criação de

grupos de formação contínua e realizando experiências formativas na graduação, através de investigações colaborativas.

No texto *Ensino de História após a ascensão da extrema-direita no Brasil: venceremos a barbárie?*, escrito por investigadores do ensino de História de diferentes regiões do Brasil, reflete-se sobre os desafios do ensino de humanidades e do trabalho educativo de professores/as na contemporaneidade. Sónia Miranda, Arnaldo Júnior e Felipe Dias, apontam criticamente algumas das implicações políticas, éticas e didáticas dos discursos e práticas da extrema-direita no país. Tomam como *mônada* as consequências da Escola sem Partido (ESP) no quotidiano escolar, que afirmam ter deslegitimado o trabalho educativo e instaurado a atmosfera de uma educação vigiada e censurada por parâmetros conservadores. Identificam uma continuidade entre estas tendências e os massacres e ameaças vividos nas escolas que procuraram desqualificar a educação escolar e o trabalho docente. Mobilizando o conceito de experiência, “atrelado” às práticas culturais, discutem o papel da comunidade disciplinar de ensino de História perante os obstáculos e resistências, responsabilizando-a pela tarefa de educar para que não se repitam outras barbáries. Comprometidos com a valorização de narrativas e experiências plurais para os estudos escolares, afirmam que estas, quando baseadas na ideia de um tempo cronológico, homogéneo, vazio e progressista, apresentam a tendência de deslegitimar ou desconsiderar a complexidade das dinâmicas e movimentos culturais e destroem a democracia. Por isso, afirmam a urgência da comunidade disciplinar de ensino de História “navegar contra a barbárie”, buscando as temporalidades perdidas, os espaços e os sujeitos esquecidos por tendências narcísicas e individualistas, contrariando as propostas curriculares que atendem aos interesses das visões mercadológicas, à desqualificação do trabalho educativo, ao crescimento do anticientificismo.

Na análise do longo percurso de formação inicial de professores de Geografia em Portugal, sob o título *A formação inicial de professores de Geografia em Portugal. O desafio da qualidade*, Sérgio Claudino afirma que foi possível dignificar a formação inicial, mas que perduram os desafios de alargar e aprofundar a investigação em Didática da Geografia. Na memória crítica que nos apresenta da formação, particularmente detalhada nas formações mais recentes e em que participou, o autor inicia o seu texto com um retrato do professor de Geografia “curioso da disciplina”, finalizando com o professor académico, “mestre em ensino” da Geografia, resultado das mudanças decorrentes da institucionalização da formação na universidade. O artigo constitui-se, assim, como um contributo para a discussão da formação inicial dos professores portugueses de Geografia, reconhecendo o protagonismo destes na sociedade atual. Na sua reflexão, Sérgio Claudino afirma haver carência de estudos de *follow up* sobre a influência da formação inicial (e também da formação contínua) no percurso destes professores. A experiência pessoal na formação inicial e contínua de professores e no acompanhamento de projetos de ensino experimental, a investigação desenvolvida sobre docentes de Geografia e Ciências Sociais e, ainda, a orientação de teses de doutoramento em ensino da Geografia, permitem-lhe apontar para a existência de alguma indiferenciação dos percursos dos professores a partir das instituições da sua formação inicial. Contudo, identifica percursos claramente diversos dos docentes, quando individualmente considerados, e que apontam para uma valorização do seu percurso pessoal. O autor conclui, destacando a importância de contrariar a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre a relevância da formação ini-

cial nas práticas escolares, identificando ser este desafio de indiscutível relevância para compreender os efeitos da formação na prática dos docentes, mais em concreto, de Geografia.

Caroline Pacievitch, Carmen Gil, Fernando Seffner e Nilton Pereira, no seu artigo *Formar-se professor de história no Brasil: desafiar o presente e sonhar o futuro*, trazem-nos uma reflexão sobre os desafios da formação de professores de História, no Brasil, situando-a como um modo de sonhar com um mundo melhor, com justiça social e com a criação de novas relações entre os seres. Sustentados em perspectivas pós-estruturais, interseccionais e críticas à colonialidade, os autores detêm-se em três elementos de análise: as principais políticas públicas, decretos e regulamentos que regem a formação docente no Brasil e a produção académica resultante das teses de doutoramento dos últimos cinco anos; os aspetos éticos e políticos dos percursos formativos, considerando os marcadores sociais da diferença na formação para o ensino de História, em particular género, raça, classe, geração e sexualidade; e, as experiências vividas nas salas de aula de formação de professoras e professores de História. No diálogo entre o prescrito e o vivido, os autores situam a sua prática, enquanto formadores, como um constante desafiar-se, para ir além das metas, das velhas dicotomias e dos prazos, fazendo emergir a importância dos discursos, das diferentes histórias que adiam o fim do mundo e que transitam em todos os lugares. Ser professor de História significa ser capaz de ensinar: a pensar historicamente; a ser crítico perante o currículo; a construir uma sociedade plural e democrática; a respeitar memórias e histórias de vida; a cumprir leis e entender a sua essência; a entender o país a partir das histórias dos invisíveis, dos silenciados; a reconhecer a liberdade como elemento da vida democrática; a combater o negacionismo; a dialogar, escutar e aprender com os outros de forma crítica; e a compreender as relações do presente e a ver o futuro.

Em *Palavras que dão sentido à História – ideias de estudantes em finais de ciclo da escolaridade obrigatória e do Mestrado em Ensino de História*, Glória Solé e Marília Gago avançam com a ideia de que a História que se distingue do passado, que pretende explicar de forma sustentada na evidência histórica, tem como objeto desenvolver o conhecimento e o pensamento histórico de diversas realidades contextualizadas culturalmente. No estudo quantitativo-descritivo e interpretativo que nos apresentam, procuram compreender como é que os jovens, em diferentes níveis de formação (final do ensino básico, secundário e mestrado em ensino da História), entendem e que ideias expressam sobre o que é a História e como esta pode ser útil para a sua vida prática. Valorizando a narrativa como a face material da História e da consciência histórica, e o ato de narrar como potenciador do sentido de pensar historicamente num todo temporal em que se articula passado, presente e futuro, propõem aos estudantes que criem narrativas abreviadas, através da seleção de palavras para definir História e a sua “usuabilidade” na vida prática, justificando as suas opções. As ideias emergentes das narrativas dos estudantes apontam, de forma transversal e mais frequente, para uma consciência histórica tradicional e exemplar. Algumas ideias sugerem ainda uma consciência histórica mais sofisticada, que se associa a uma consciência histórica ontogenética. Contudo, a variável maior escolarização *per si* não sugere uma maior complexificação de pensamento, de consciência histórica. Esta situação pode ficar a dever-se a vários fatores, entre os quais, se salienta a mudança de práticas educativas intencionais e sistematizadas nos diversos ciclos

de escolaridade, melhor articuladas com as propostas emanadas da investigação na área da Educação Histórica e em maior sintonia com as orientações curriculares

O tema central do artigo de Pedro Duarte e Ana Isabel Moreira – *Quem avalia os futuros professores? Percepções a partir dos relatórios de estágio* – relaciona-se com a identificação das áreas científicas privilegiadas nos júris das defesas públicas do relatório de estágio, no último ano do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico, considerando a área de doutoramento e os domínios de investigação dos arguentes. Para os autores, os resultados, ainda que não generalizáveis a todas as instituições e cursos de mestrado, devem funcionar como uma “espécie de alerta” para a sensibilidade relativa à formação proporcionada para 1.º (6-10 anos) ou 2.º (10-12 anos) CEB, ou seja, para professor generalista ou para professor de Português e de História e Geografia de Portugal. Neste sentido, pretende-se potenciar o questionamento sobre as intencionalidades dos momentos de defesa/discussão pública dos relatórios de estágio, como circunstâncias de real ponderação praxiológica e interdisciplinar, ou mais sustentados em interesses de debate disciplinarizado em que se privilegiam alguns domínios de atuação dos professores em relação a outros. Na perspetiva dos autores, constata-se uma preponderância dos domínios da área da docência no que diz respeito às áreas de doutoramento dos jurados principais nas mencionadas provas públicas, tornando evidente uma certa tendência para a disciplinarização do mestrado, associada a uma nula representatividade da área cultural, social e ética. São três as ideias estruturantes para reflexão que os autores nos deixam: (sobre)valorização de domínios científicos ligados à ‘área da docência’, associada a uma conceção de professor focado, predominantemente, no conhecimento disciplinar de cada uma das componentes do currículo; pouca representatividade de arguentes das áreas da sociologia das organizações, da política educativa, da administração escolar ou dos estudos curriculares, deixando transparecer que são preteridos aspetos organizacionais e relacionais da atividade dos professores, as dimensões comunitárias e os elementos políticos e sistemáticos associados à intervenção profissional; e, desvalorização da formação inicial de professores vocacionada para a discussão emergente da própria profissão, que ultrapassa a reflexão linguística ou histórica, em sentido estrito.

Dado o número de artigos que compõem a componente monográfica, a miscelânea fica reduzida a três artigos, ainda que estes não sejam menos relevantes que o conjunto dos trabalhos apresentados sob o tema definido para a REIDICS 13.

Da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Silvia Letícia Correia e Andrea Coelho Lastória trazem-nos o artigo intitulado *O bairro onde moro: tecendo conhecimentos geográficos pela construção de mapas afetivos*, em que discutem a produção de conhecimentos geográficos por jovens moradores de periferias urbanas, a partir da construção de mapas afetivos. Com base numa metodologia denominada mapas afetivos, utilizam desenhos, identificam sentimentos e qualidades, além de outros elementos discursivos, para definir categorias que caracterizam a relação de afetividade sujeito-lugar: pertença, atração, insegurança e destruição. As metáforas identificadas, *bairro-história*, *bairro-acolhimento*, *bairro-festa*, *bairro-desarrumação* e *bairro-comércio* evidenciam a articulação dos conhecimentos geográficos potencialmente produzidos na relação no/com o bairro. Na

reflexão que nos apresentam, as autoras destacam que para entender o bairro “onde moro” e os conhecimentos geográficos construídos através de mapas afetivos, é fundamental um ensino de Geografia articulado com a vida cotidiana, com o corpo/mente/sentimento dos atores sociais em relação ao espaço que edificam. Os conhecimentos geográficos emergentes das metáforas traduzem-se em sentidos, produções e significações dos sujeitos, evidenciando a importância fundamental do lugar na construção de aprendizagens.

Da Universidade de Santiago de Compostela, Guadalupe Jiménez-Esquinas e Belén Castro-Fernández, com base no método etnográfico analisam a iniciativa comunitária *Costa dos Castros* para avaliar as relações entre arqueologia comunitária e educação patrimonial no artigo *Arqueología, participación ciudadana y educación patrimonial: encuentros y desencuentros*. O conjunto do trabalho centra-se no protagonismo dos agentes sociais para o desenvolvimento de uma conceção simbólica-identitária de património e a “ressignificação” do meio nos processos de aprendizagem experiencial e contextualizada. A partir das limitações detetadas, as autoras reivindicam o papel da comunidade na construção e conservação da sua identidade cultural, uma vez que se evidencia a escassa implicação dos poderes públicos na preservação e na profissionalidade do trabalho arqueológico e educativo. A partir do enfoque em patrimónios em conflito, as autoras reclamam o papel que desempenha a educação na sensibilização para problemáticas como a ambiental, assim como o protagonismo na promoção da transformação social.

Finalmente, Oscar Andrés Ardila Peñuela, da Universidad Pedagógica Nacional de Colombia, partilha os resultados da investigação *Relatos de indignación: El enfoque narrativo como metodología para una formación política radical*. A partir da perspectiva de uma educação democrática radical, o autor aborda o papel das emoções na formação política. A metodologia aplicada para analisar as emoções políticas é de corte narrativo para compreender os significados atribuídos pelos estudantes de educação básica e secundária na sua experiência formativa. A indagação foi a emoção selecionada para desenvolver a investigação, para explorar como os estudantes denunciam situações de injustiça e constroem reflexões em torno da sua identidade. Os relatos analisados refletem situações, quer de ameaça à integridade física das pessoas quer de exclusão social, geradas por agentes estatais ou paraestatais que expressam resignação perante a injustiça e escassa esperança na resolução dos conflitos sociais. Entre os resultados destacados pelo autor, evidencia-se o contributo da metodologia narrativa para pensar e sentir experiências injustas e avançar para uma conceção positiva do bem comum.

Contribución de autorías · Authorship contributions

Todas las personas firmantes han contribuido por igual en la investigación y la elaboración de este trabajo.

Conflicto de intereses · Conflict of Interest

En esta publicación no se presentó ningún conflicto de interés.